N.° do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
15175/2026	**16245/2026**	**01/07/2026 11:07:51**	**01/07/2026 11:07:51**

Tipo

PROJETO DE LEI

Número

430/2026

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

HUDSON LEAL

Ementa:

Acrescenta Item ao Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando utilidade pública o “Instituto UNIMED Vitória – IUV”

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3400390031003100380039003A004300, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROJETO DE LEI Nº /2026.

EMENTA:

Acrescenta Item ao Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando utilidade pública o "Instituto UNIMED Vitória – IUV"

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO RESOLVE:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, passa a vigorar acrescido de item com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o **"Instituto UNIMED Vitória – IUV"**

Palácio Domingos Martins, 01 de Julho de 2026.

HUDSON LEAL
DEPUTADO ESTADUAL – AGIR36

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3400390030003600340035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

JUSTIFICATIVA

O Instituto Unimed Vitória é uma instituição sem fins lucrativos, que tem por objetivo social a promoção de saúdem por meio de ações voltadas para:

I. Promoção a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
II. Promoção do desporto educacional, de participação, de formação
III. Promoção gratuita de educação
IV. Promoção gratuita de saúde
V. Promoção da assistência social
VI. Assistência a crianças e adolescentes, visando ao aprimoramento de suas trajetórias de vida e inclusão social.

O Instituto tem como políticas gerais a atuação estratégicas e o fomento às iniciativas que visem o desenvolvimento local sustentado, adotando uma atitude proativa em relação a instituições, programas e projetos voltados à saúde, sociais, esportivos, educacionais, culturais, ambientais.

Portanto, por ser de relevante interesse público, faço votos de que os nobres Pares, imbuídos do mesmo propósito, unam-se na aprovação deste projeto.

HUDSON LEAL
DEPUTADO ESTADUAL – AGIR36

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3400390030003600340035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://www3.al.es.gov.br/autenticidade utilizando o identificador 340039003000360034003500 3A005000

Assinado eletronicamente por **Hudson Leal** em **01/07/2026 11:07**
Checksum: **1C2538476E25634FD43A4C91E2EBD74E6E44003F632CC330A5B1B63CD8CD5409**

DECLARAÇÃO

A Singular Serviços Contábeis Especializados Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.191.939/0001-67, por meio de seu contador responsável, DECLARA, para os devidos fins, que presta serviços contábeis ao Instituto Unimed Vitória – IUV, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.296.111/0001-90.

Com base nos registros contábeis e financeiros da entidade, DECLARA, ainda, que o Instituto Unimed Vitória – IUV não cobra de cada associado valor superior a um salário-mínimo anual, a título de contribuição ou qualquer outra forma de ajuda de custo.

Esta declaração é expedida a pedido do interessado, para instruir processo de reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, podendo ser confirmada junto à empresa signatária.

Vitória, 13 de junho de 2026.

Roberto Schulze
Contador – CRC-ES 006880/O-2
Singular Serviços Contábeis Especializados Ltda
CNPJ: 06.191.939/0001-67

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Núcleo de Atuação no Direito das Famílias

C E R T I D Ã O

Eu, **MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN**, Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Atuação no Direito das Famílias – NUFAM, do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, no uso de minhas atribuições legais, **CERTIFICO** que o **INSTITUTO UNIMED VITÓRIA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ n.º 17.296.111/0001-90, com sede na Av. Cesar Hilal, 700 - térreo - Bento Ferreira, Vitória - ES, 29050-662, mantém parceria institucional com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por intermédio deste Núcleo de Atuação no Direito das Famílias – NUFAM, desenvolvendo, de forma contínua, ações de relevante interesse público e social voltadas à promoção do reconhecimento da paternidade, da cidadania e da proteção integral de crianças e adolescentes.

A parceria, formalizada por meio dos Acordos de Cooperação MPES nº 042/2024 e nº 046/2025, possibilitou a disponibilização de exames de DNA, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a efetivação do reconhecimento da filiação e da convivência familiar. Em razão das ações desenvolvidas no âmbito da referida cooperação, **certifico** que o Instituto Unimed Vitória presta relevantes serviços de interesse público e social, colaborando de forma efetiva com a promoção da cidadania, da dignidade da pessoa humana e da proteção integral de crianças e adolescentes no Estado do Espírito Santo.

E, por ser verdade, firmo a presente certidão.

Vitória-ES, 25 de junho de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Zumira Teixeira Bowen**, **Promotor(a) de Justiça Coordenador(a)**, em 25/06/2026, às 13:10, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320036003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2507336** e o código CRC **4A3FAE89**.

Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 121 Ed. Promotor Edson Machado - Bairro Santa Helena
Vitória - ES CEP 29055-036

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320036003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 7

INSTITUTO Unimed Vitória

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO TABELIONATO DE NOTAS DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL
Rua Dr. Eurico de Aguiar, 130-D - Ed. Blue Chip Business Center - Conj. 07-13 - Praia do Canto
CEP: 29.055-280 - Vitória - ES - Tels.: 27 3345 1048 / 3222-6971

Reconheço por semelhança a firma de FABIANO PIMENTEL PEREIRA. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 16/06/2026, 09:24:19.

Deisiany Klippel da Silva - Escrevente
Selo Digital: 023200.202606.0016.0016047.0D2
Emolumentos: R$ 7,73 Encargos: R$ 2,29 Total: R$ 10,02
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO Deisiany Klippel da Silva ESCREVENTE Vitória-ES

DECLARAÇÃO

Eu, Fabiano Pimentel Pereira, Presidente do Conselho de Administração do Instituto Unimed Vitória, CPF nº 017.121.317-37, declaro, para os devidos fins de direito e em atendimento às exigências do processo de Utilidade Pública Estadual, que:

I. Os membros da Diretoria e dos demais órgãos estatutários do Instituto Unimed Vitória exercem suas funções de forma voluntária, não recebendo qualquer remuneração, vantagem, benefício ou participação nos resultados da entidade em razão do exercício de seus cargos.

II. O Instituto Unimed Vitória é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, integrante do Terceiro Setor, constituída com a finalidade de promover ações de interesse público e social, atuando por meio de projetos e iniciativas voltados às áreas de saúde, educação, cultura, esporte, meio ambiente e desenvolvimento comunitário.

III. As atividades desenvolvidas pelo Instituto Unimed Vitória são destinadas ao atendimento da coletividade e possuem relevante interesse público e social, contribuindo para a promoção da cidadania, da inclusão social, da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas.

Declaramos, ainda, que as informações acima são verdadeiras e refletem fielmente a atuação institucional do Instituto Unimed Vitória, assumindo inteira responsabilidade por seu conteúdo para todos os fins legais.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais cabíveis.

Vitória/ES, 15 de junho de 2026.

CARTÓRIO 3º OFÍCIO

Fabiano Pimentel Pereira
Presidente do Conselho de Administração
Instituto Unimed Vitória
CNPJ nº 17.296.111/0001-90

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320037003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
17.296.111/0001-90 **MATRIZ**		**16/10/2012**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO UNIMED VITORIA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO UNIMED VITORIA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
90.01-9-01 - Produção teatral
90.01-9-02 - Produção musical
90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança
90.01-9-04 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
AV CEZAR HILAL	**700**	**LOJA 06 TERREO**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
29.050-662	**BENTO FERREIRA**	**VITORIA**	**ES**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTOUNIMED@UNIMEDVX.COM.BR	**(27) 8887-7505**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**16/10/2012**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/06/2026** às **17:14:15** (data e hora de Brasília).

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320038003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO UNIMED VITÓRIA

O texto vigente aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 21 de março de 2024, atualiza e consolida o Estatuto Social do Instituto Unimed Vitória, pelo que passa a vigorar com a seguinte redação:

ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO UNIMED VITÓRIA

CAPÍTULO I
Da Denominação, Natureza e Sede

Artigo 1º – O Instituto Unimed Vitória é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação de fins não econômicos em 04 de setembro de 2012, com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas disposições deste Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável, tendo:

I - Sede administrativa localizada na Avenida Cezar Hilal, 700, Térreo, Loja 6, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-662, podendo alterá-la e manter outros estabelecimentos em qualquer localidade do país, mediante deliberação do Conselho de Administração;

II – Foro jurídico na Comarca de Vitória Capital.

CAPÍTULO II
Do Objetivo Social e Políticas Gerais

Artigo 2º – O Instituto tem por objetivo social a promoção da saúde, por meio de ações voltadas para:

I – Promoção a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

II - Promoção do desporto educacional, de participação, de formação;

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

III - Promoção gratuita de educação;

IV - Promoção gratuita da saúde;

V - Desenvolvimento Comunitário contribuindo para crescimento de comunidades integradas, capazes de promover seus ativos e sua sustentabilidade;

VI - Promoção da assistência social;

VII - Promoção da segurança alimentar e nutricional;

VIII - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

IX - Promoção do voluntariado;

X - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

XI - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo;

XIII - Assistência a crianças e adolescentes, visando ao aprimoramento de suas trajetórias de vida e inclusão social.

Parágrafo único – Para fins desse artigo o Instituto Unimed poderá:

a) Captar recursos das leis de incentivo vigentes, firmar convênios, termos de parceria, contratos e estabelecer intercâmbios promovendo iniciativas conjuntas

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

com outras instituições públicas, privadas, organizações não governamentais ou organizações da sociedade civil de interesse público, nacional e/ou internacional;

b) Desenvolver ou apoiar: projetos, programas, ações, pertinentes ao seu objetivo social, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público;

c) Promover eventos de saúde, sociais, culturais, esportivos e educacionais diretamente ou por meio de outras instituições.

Artigo 3º – O Instituto desenvolverá suas atividades através de práticas correntes adotadas pela sociedade ou de práticas inovadoras, necessárias para a produção do bem comum, considerando relevantes a formação de alianças estratégicas e de parcerias com a sociedade civil e com o poder público.

Artigo 4º - O Instituto tem como políticas gerais a atuação estratégica e o fomento às iniciativas que visem o desenvolvimento local sustentado, adotando uma atitude proativa em relação a instituições, programas e projetos voltados à saúde, sociais, esportivos, educacionais, culturais, ambientais.

Parágrafo único – Para o cumprimento de suas finalidades, o Instituto e os integrantes de sua administração observarão os princípios da legalidade, legitimidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

CAPÍTULO III
Do Patrimônio Social, Renda e Destinação

Artigo 5º – O Instituto não constitui patrimônio de grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Artigo 6º – Os recursos necessários à manutenção do Instituto serão obtidos por meio de:

I - Doações ou dotações orçamentárias;

II - Constituição de renda, comodato e direito de uso;

III - Convênios, parcerias e patrocínios estabelecidos com órgãos e entidades públicas ou privadas, para custeio, desenvolvimento ou execução de projetos na sua área específica de atuação;

IV - Produto da alienação da produção intelectual, técnica, tecnológica e científica, resguardando o direito de não alienação para fins de privilégio, dominação ou exploração;

V - Produto da alienação de produtos adquiridos das populações auxiliadas por programas do Instituto;

VI - Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;

VII - Excedentes financeiros apurados no final do exercício fiscal;

VIII - Venda de materiais educativos, conforme previsto no objeto social;

IX - Prestação de serviços, conforme objeto social;

X - Outros recursos ou bens que lhe forem destinados ou instituídos, inclusive mediante contribuição de seus associados.

§ 1º – Só serão aceitos ingressos que atendam aos princípios da legalidade e da moralidade.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

§ 2º – As receitas, rendas, rendimentos e eventual superávit apurado pelo Instituto serão integralmente aplicados no país, na consecução e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

§ 3º – O Instituto não remunerará ou concederá vantagens ou benefícios a seus associados, dirigentes, conselheiros, instituidores, patrocinadores, benfeitores, apoiadores, ou equivalentes, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas por este Estatuto, sendo também vedada a distribuição de patrimônio, rendas, bonificações ou vantagens, sob qualquer forma ou pretexto, a associados, dirigentes, conselheiros, instituidores, patrocinadores, benfeitores, colaboradores ou equivalentes, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento.

§ 4º Não se exclui a possibilidade de contratação de empregados devidamente registrados e remunerados.

Artigo 7º – Os associados não respondem nem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações e compromissos assumidos pelo Instituto. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não respondem nem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações e compromissos assumidos pelo Instituto dentro do limite de seus poderes, definido neste Estatuto.

Artigo 8º – No caso de dissolução do Instituto, o patrimônio líquido, os legados e as doações que lhe forem destinadas, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão transferidos para outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, (vide Lei n° 13.800/2019) que tenha, preferencialmente, o mesmo objeto social do Instituto.

Artigo 9° – Na hipótese de o Instituto obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, (vide Lei n° 13.800/2019), o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será submetido a apuração contábil e transferido a outra pessoa jurídica qualificada como

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e que tenha, preferencialmente, o mesmo objetivo social do Instituto.

CAPÍTULO IV
Do Quadro Social

Artigo 10 – O quadro de associados do Instituto Unimed Vitória compreende as seguintes categorias:

I - **Associada Mantenedora:** Define-se como Associada Mantenedora a pessoa jurídica da UNIMED VITÓRIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO que participou, contribuiu para a fundação e atua para a manutenção do Instituto Unimed Vitória, representada pelo seu Diretor Presidente;

II - **Associado Consultivo:** São considerados Associados Consultivos os participantes do Programa de Redirecionamento do Imposto de Renda – RIR, promovido pela Associada Mantenedora. Esses associados têm a opção de contribuir por meio da dedução do imposto de renda ou por doação direta ao Instituto. Além disso, aqueles que utilizam recursos de renúncia fiscal para apoiar outros projetos sociais também são incluídos nesta categoria. Para tanto, é necessária a inscrição mediante formulário próprio enviado para o Instituto e serão posteriormente admitidos via Assembleia Geral. Também serão considerados associados os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo do Instituto, tal como os membros da Diretoria Executiva e Conselhos da Associada Mantenedora, desde que sejam destinadores do programa RIR. É explicitamente vedada a doação ou patrocínio para projetos próprios do Instituto, aprovados via leis de incentivo fiscal, a fim de prevenir possíveis conflitos de interesse.

Artigo 11 – Poderão ser apoiadores do Instituto, sem vínculo associativo, pessoas físicas e jurídicas que, tendo cumprido as condições de admissão previstas neste Estatuto, sejam admitidas no quadro de apoiadores por decisão do Conselho de Administração.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Parágrafo único – para que o candidato a apoiador possa vir a compor o quadro de apoiadores da entidade, além de zelar e compactuar com o espírito do Instituto, ele deverá ter reputação ilibada e ser indicado por, no mínimo, dois membros associados.

Artigo 12 – São direitos dos associados:

I - Participar das Assembleias Gerais e votar, observadas as disposições do Estatuto;

II - Representar junto ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal ante a ocorrência de irregularidade, fraude ou desvio de finalidade que tiver conhecimento;

III - Propor a admissão de colaboradores;

IV - Pedir demissão do Quadro Social, mediante comunicação escrita nesse sentido, dirigida ao Presidente do Conselho de Administração. Fica consignado que qualquer pedido de readmissão deverá seguir o tramite ordinário de admissão no Quadro Social.

Artigo 13 – São deveres dos associados:

I - Pautar sua atuação, na vida pública e privada, pelos valores do Instituto, zelando por sua imagem pública e bom nome;

II - Colaborar com o Instituto, participar na consecução de seus objetivos, cumprir o Estatuto e acatar as deliberações emanadas dos órgãos competentes do Instituto;

III - Realizar as dotações orçamentárias pertinentes para o cumprimento do orçamento anual aprovado pela Assembleia.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Artigo 14 – O Conselho de Administração é competente para, assegurado o direito de defesa e recurso para a Assembleia Geral, deliberar pela suspensão ou exclusão de qualquer associado ou colaborador, verificada uma das seguintes hipóteses:

I - Violação deste Estatuto ou de quaisquer outros regulamentos ou normas instituídas por órgão competente;

II - Conduta pessoal prejudicial ou contrária aos interesses e/ou propósitos do Instituto;

III - O associado consultivo que faltar a 02 (duas) assembleias ordinárias ou extraordinárias consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas, sem justificativa.

Artigo 15 – O Conselho de Administração enviará ao associado consultivo ou colaborador notificação escrita contendo descrição circunstanciada dos fatos e motivos da instauração do procedimento disciplinar, para que ele apresente, se quiser, defesa escrita em dez dias. Findo o prazo, o Conselho de Administração apreciará o assunto, comunicando por escrito o associado consultivo ou colaborador de sua decisão, o qual poderá apresentar recurso à Assembleia Geral em dez dias. Recebido o recurso, o Presidente do Conselho de Administração convocará, em até trinta dias, a Assembleia Geral, na forma deste Estatuto.

CAPÍTULO V
Da Assembleia Geral

Artigo 16 – A Assembleia Geral é o órgão soberano do Instituto e é constituída pelos associados que estejam no gozo dos direitos estatutários, reunindo-se ordinariamente até o mês de março de cada ano e extraordinariamente sempre que o interesse social assim o exigir.

I - A Assembleia Geral será convocada pelo presidente do Conselho de Administração, ou por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados do Instituto,

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

mediante edital afixado na sede deste, com antecedência de 15 (quinze) dias da data marcada para a Assembleia, constando, além do local, data e hora, a ordem do dia com a relação das matérias a serem discutidas;

II - A presença da totalidade dos associados substitui a formalidade de convocação prevista no parágrafo anterior;

III - A Assembleia Geral será realizada em primeira convocação, com a presença da metade mais um dos associados do Instituto e, em segunda convocação, a realizar-se meia hora depois da primeira, com qualquer número;

IV - Cada associado participante da Assembleia Geral terá direito a um voto nas deliberações plenárias;

V - As deliberações da Assembleia Geral serão sempre tomadas por maioria simples de votos dos associados a ela presentes.

Artigo 17 – São atribuições da Assembleia Geral:

I - Examinar o Relatório Anual referente às atividades desenvolvidas no Instituto no exercício social encerrado, a prestação de contas anual, as demonstrações contábeis e financeiras e a demonstração da aplicação dos recursos angariados, relativas ao mesmo período, durante a assembleia geral a realizar-se até o mês de março de cada ano;

II - Examinar e aprovar a proposta do orçamento do ano, após ter sido apreciado pelo Conselho de Administração, e fixar data para o pagamento, pelas associadas, dos valores referentes às dotações orçamentárias realizadas, para cumprimento do orçamento aprovado anteriormente;

III - Eleger e destituir os membros, em seus respectivos cargos, da Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração, seu Presidente e Vice-Presidente, os membros dos Conselhos Técnico e Fiscal, nomeando-se os seus Presidentes e vice-presidentes;

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

IV - Deliberar sobre alterações ao presente Estatuto Social, inclusive no tocante à administração e dissolução do Instituto;

V - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Parágrafo único: Para as deliberações que se referem os incisos IV e V é exigido o voto de dois terços dos associados presentes à Assembleia especialmente convocada para tal fim.

CAPÍTULO VI
Do Conselho de Administração

Artigo 18 – O Instituto conta com um Conselho de Administração, órgão dirigente ao qual incumbe a definição das políticas de governança da entidade e do seu direcionamento político-estratégico visando ao pleno alcance da causa expressa no seu objeto social, as quais balizarão sua gestão administrativa, a cargo do Diretor Executivo e da equipe de profissionais contratados.

Artigo 19 – O Conselho de Administração contará com 03 (três) a 05 (cinco) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e os demais sem designação específica, pessoas naturais residentes no Brasil, indicados pela diretoria da Associada Mantenedora e aprovados pela Assembleia Geral para cumprir mandato de quatro anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único: Cada conselheiro eleito terá direito a um suplente que assumirá o cargo em caso de vacância.

Artigo 20 – O Conselho de Administração reunir-se-á bimestralmente, conforme calendário próprio e, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, por qualquer de seus membros ou ainda por algum dos diretores executivos.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

§1º – A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias são feitas pelo Presidente do Conselho ou pelo Diretor Institucional, por meio de e-mail, com antecedência mínima de 07 (sete) dias da data marcada para a reunião, salvo quando de caráter urgente, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados, bem como o local, a data e o horário das suas realizações.

§ 2º – As reuniões do Conselho de Administração também poderão ser convocadas por solicitação feita ao seu Presidente por pelo menos 02 (dois) de seus membros ou pelo Conselho Fiscal.

§ 3º – A iniciativa quanto à submissão de matéria para deliberação ao Conselho de Administração poderá ser de qualquer de seus membros ou do seu Presidente.

Artigo 21 – Salvo se um quórum maior não for exigido por lei ou por este Estatuto, o quórum mínimo para instalação das reuniões será, em primeira convocação, de metade mais um dos componentes do Conselho de Administração, e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, de pelo menos 1/3 (um terço) dos integrantes do colegiado, desde que represente o número de pelo menos dois conselheiros. Em ambos os casos, o quórum de aprovação será a maioria simples dos presentes.

§ 1º – A presença da totalidade dos membros substitui a formalidade de convocação prevista no caput deste Artigo.

§ 2º – Das reuniões será lavrada ata consignando as decisões tomadas, cuja cópia será enviada a todos os membros do Conselho, até sete dias após sua realização.

§ 3º – O Presidente do Conselho de Administração presidirá a reunião do órgão e terá o voto de qualidade em caso de empate nas votações.

Artigo 22 – Os membros do Conselho de Administração devem estar presentes à reunião em que tomarão posse.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Artigo 23 – Compete ao Conselho de Administração, em colegiado:

I - Fixar as Políticas de Governança e o direcionamento político-estratégico do Instituto;

II - Deliberar sobre a abertura e encerramento de dependências ou entidades coligadas ou controladas pelo Instituto;

III - Monitorar regularmente o desempenho do Diretor Executivo, apresentando relatórios e recomendações à Assembleia Geral;

IV - Criar Comissões de Assessoramento Técnico, Político e Estratégico, convidando ou contratando seus membros;

V - Apreciar os relatórios do Diretor Executivo sobre o acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico;

VI - Apreciar os relatórios do Conselho Fiscal sobre o acompanhamento da execução financeira do Plano de Ação e controle do Orçamento;

VII - Apreciar o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras relativas a cada exercício social, incluindo Balanço Patrimonial e Demonstração de Superávit ou Déficit do exercício e os pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, a serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral;

VIII - Aprovar o planejamento estratégico do Instituto;

IX - Apreciar o orçamento do Instituto, a ser encaminhado para aprovação da Assembleia Geral;

X - Apreciar proposta de reforma do presente Estatuto Social, a ser encaminhada para aprovação da Assembleia Geral;

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

XI - Autorizar a realização de movimentações financeiras de acordo com as Políticas de Governança;

XII - Autorizar a contratação de empréstimos com ou sem a incidência de encargos para o Instituto e a aquisição, alienação, constituição de ônus ou permuta por outros mais rendosos ou mais adequados, de bens imóveis e participações societárias com ou sem direito de voto, eventualmente integrantes do patrimônio do Instituto;

XIII - Exercer outras atribuições definidas neste Estatuto.

Artigo 24 – Compete aos membros do Conselho de Administração, sempre através de 02 (dois) Conselheiros e de acordo com as Políticas de Governança:

I - Firmar cumprimento de ajustes, convênios, contratos, termos de parceria ou quaisquer outros atos de convergências e cooperação, necessários ao bom desempenho das atividades do Instituto;

II - Representar o Instituto perante instituições financeiras e movimentar recursos de sua titularidade perante ditos estabelecimentos, podendo, também, constituir procuradores para tal finalidade, devendo a procuração especificar a instituição financeira e ser outorgada com prazo de validade não superior a um ano.

CAPÍTULO VII
Do Conselho Fiscal

Artigo 25 – O Instituto conta com um Conselho Fiscal, que é um órgão fiscalizador independente da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, que busca, através dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da organização, assegurando que as decisões e a execução de atos na busca destes objetivos sejam sempre alinhadas à Visão, à Missão, aos Valores do Instituto.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Artigo 26 - O Conselho Fiscal é constituído pelos mesmos membros eleitos anualmente para o Conselho Fiscal da Associada Mantenedora, de acordo com o Estatuto Social da referida cooperativa.

Artigo 27 – O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, trimestralmente e extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de, no mínimo, 03 (três) dos seus membros.

§ 1° As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer dos seus membros, por solicitação, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§ 2º As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, proibida a representação e constarão da ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos de cada reunião, pelos três fiscais presentes.

Artigo 28 – São atribuições do Conselho Fiscal:

I - Fixar a periodicidade das suas reuniões que deverão ser realizadas de forma trimestral;

II - Acompanhar a gestão financeira e exercer o controle orçamentário, supervisionando e tornando efetivas as regras de conflitos de interesses na tomada de decisão;

III - Examinar, sem restrições, a todo tempo, os livros contábeis e documentos necessários à verificação da regularidade de aplicação dos recursos do Instituto;

IV - Emitir parecer para o Conselho de Administração e para a Assembleia Geral, sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, bem como sobre as Demonstrações Financeiras, incluindo Balanço Patrimonial e Demonstração de Superávit ou Déficit, devidamente examinadas por auditores independentes;

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

V - Comunicar ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, erros, fraudes ou delitos que detectar, sugerindo as medidas que julgar convenientes ao interesse do Instituto;

VI - Emitir parecer sobre outras questões, no âmbito de suas atribuições, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII
Diretoria Executiva

Artigo 29 – A Diretoria Executiva do Instituto compõe-se de 05 (cinco) membros indicados pela diretoria da Associada Mantenedora e aprovados pela Assembleia Geral, ocupando os cargos de Diretor Executivo, Diretor Institucional, Diretor Tesoureiro, Diretor de Governança e Conformidade e Diretor de Captação de Recursos e Parcerias, com mandato de 04 (quatro) anos, aos quais incumbe a prática dos atos de administração, dentro dos limites da lei, deste Estatuto e das orientações e delegações do Conselho de Administração.

§ 1º – A Diretoria Executiva não responderá nem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações e compromissos contraídos em nome do Instituto, e em virtude de ato regular de gestão. Todavia, aqueles que praticarem atos com violação culposa ou dolosa da lei ou deste Estatuto, responderão civil e penalmente por atos lesivos a terceiros ou ao próprio Instituto.

§ 2º – A Diretoria Executiva deverá se abster de praticar, em suas atividades, qualquer discriminação de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, idade, credo religioso, convicções políticas e condição social.

§ 3º – Em todos os atos de gestão, os integrantes da administração deverão observar as Políticas de Governança, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, devendo adotar práticas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

§ 4º – Para fins de atendimento ao previsto no parágrafo anterior, entendem-se como benefícios ou vantagens pessoais, aqueles obtidos pelos dirigentes e integrantes da administração do Instituto e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais e afins até o terceiro grau, ou por pessoas jurídicas das quais os indivíduos anteriormente mencionados sejam controladores ou detenham mais de 10% (dez por cento) das participações societárias.

Artigo 30 – Compete à Diretoria Executiva as seguintes atribuições, dentro dos limites da lei, deste Estatuto e das políticas fixadas pelo Conselho de Administração:

I - Encaminhar ao Conselho de Administração proposições para deliberações sobre as Políticas de Governança do Instituto, inclusive sobre o Regulamento para Contratação de Serviços e Obras e para Aquisição e Alienações de Bens do Instituto;

II - Encaminhar ao Conselho de Administração proposições para deliberações sobre o Direcionamento Político-Estratégico do Instituto, o Programa de Ação Anual, inclusive Orçamento e suas eventuais alterações;

III - Encaminhar ao Conselho de Administração, para deliberações, Relatórios de Acompanhamento trimestrais, sendo o primeiro o Relatório de Acompanhamento do Planejamento Estratégico com as Demonstrações Financeiras, incluindo Balanço Patrimonial e Demonstração de Superávit ou Déficit do exercício encerrado, após pronunciamento dos auditores independentes e do Conselho Fiscal;

Artigo 31 – Compete ao Diretor Executivo:

I - Representar o Instituto judicial e extrajudicialmente;

II - A administração, orientação e direção dos objetivos sociais;

III - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

IV - Convocar e presidir a Assembleia Geral;

V - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

VI - Assinar termos de parceria ou quaisquer outros atos de convergências e cooperação, necessários ao bom desempenho das atividades do Instituto de acordo com as Políticas de Governança;

VII - Nomear, juntamente com um membro do Conselho de Administração, procuradores para representar o Instituto em atos burocráticos perante órgãos públicos municipais, estaduais e federais, suas secretarias, repartições e inspetorias, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, devendo a procuração ser sempre outorgada com fim específico e prazo de validade limitado ao máximo de um ano, exceto as procurações judiciais, que poderão ser por prazo indeterminado;

VIII - Praticar os atos ordinários de gestão do Instituto, desempenhando inclusive outras atribuições que lhe sejam delegadas por este Estatuto ou por deliberação do Conselho de Administração, respeitados os limites da lei e deste Estatuto.

Artigo 32 – Compete ao Diretor Institucional:

I - Colaborar com a alta administração na definição de metas socioambientais alinhadas com o propósito, missão, visão e valores da organização;

II - Cultivar e manter relacionamentos com stakeholders importantes, como clientes, fornecedores, parceiros de negócios, comunidade local e autoridades governamentais;

III - Identificar e negociar parcerias estratégicas que possam beneficiar a instituição, além de buscar recursos externos por meio de doações, patrocínios e subsídios;

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

IV - Elaborar relatórios de sustentabilidade e comunicar o desempenho ambiental, social e de governança da organização para stakeholders internos e externos, garantindo transparência e prestação de contas;

V - Elaborar borderô mensal e relatório trimestral sobre as novas parcerias firmadas.

Artigo 33 – Compete ao Diretor Tesoureiro:

I - Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração do Instituto;

II - Pagar as contas do Instituto Unimed ou autorizar o pagamento a ser feito por outro Diretor;

III - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que solicitados;

IV - Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração do Instituto, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e as operações patrimoniais realizadas;

V - Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria.

Artigo 34 – Compete ao Diretor de Governança e Conformidade:

I - Elaborar políticas, diretrizes e códigos de conduta que promovam boas práticas de governança, alinhadas com as necessidades e valores da organização;

II - Garantir que a organização esteja em conformidade com todas as leis, regulamentos e normas relevantes que regem suas operações e setor de atuação;

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

III - Apoiar o conselho de administração na definição de metas estratégicas, na avaliação de desempenho e na supervisão das atividades da alta administração;

IV - Identificar e avaliar os riscos corporativos, desenvolvendo estratégias para mitigar esses riscos e proteger os interesses da organização e de seus stakeholders;

V - Supervisionar auditorias internas e garantir a conformidade com políticas, procedimentos e controles internos estabelecidos para proteger os ativos e garantir a integridade dos dados financeiros e operacionais.

Artigo 35 – Compete ao Diretor de Captação de Recursos e Parcerias:

I - Desenvolver estratégias de captação de recursos para financiar os projetos do Instituto Unimed, incluindo parcerias com outras organizações, doações, subsídios e patrocínios. Organizar eventos de angariação de fundos e campanhas para mobilizar recursos;

II - Estabelecer e manter relacionamentos sólidos com doadores, parceiros e outros stakeholders. Criar estratégias para cultivar o envolvimento e a lealdade de doadores e apoiadores;

III - Implementar métodos de comunicação para promover a missão e os programas do instituto social. Criar campanhas de marketing para aumentar a visibilidade da organização;

IV - Monitorar o desempenho das estratégias de captação de recursos. Analisar dados e métricas para avaliar o impacto das iniciativas. Realizar avaliações regulares das atividades de relacionamento para identificar oportunidades de melhoria.

CAPÍTULO IX

Do Conselho Consultivo

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Artigo 36 – O Instituto terá um Conselho Consultivo tem como missão fornecer orientação estratégica e especializada para apoiar o Instituto em suas atividades sociais e ambientais, projetos comunitários e responsabilidade corporativa.

Artigo 37 – O Conselho Consultivo é composto, por até 15 (quinze) membros, dos quais se nomearão um coordenador e um secretário, nomeados pela Assembleia Geral para cumprir mandato de quatro anos, permitida a recondução.

Artigo 38 - O Conselho Consultivo reúne-se, ordinariamente, quadrimestralmente e extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de, no mínimo, 03 (três) dos seus membros.

Artigo 39 - Compete ao Conselho Consultivo:

I - Oferecer aconselhamento estratégico sobre as direções futuras do Instituto, ajudando a definir metas, prioridades e iniciativas que estejam alinhadas com sua missão e valores;

II - Revisar e avaliar projetos e iniciativas do Instituto, oferecendo feedback e recomendações para melhorias e para garantir que estejam alinhados com os objetivos da instituição;

III - Identificar oportunidades para desenvolver parcerias estratégicas com outras organizações, governos, instituições de pesquisa e comunidades locais para fortalecer o impacto das atividades do Instituto Unimed;

IV - Oferecer suporte e orientação durante períodos de desafios ou mudanças significativas na instituição.

CAPÍTULO X

Da Gestão Financeira, Exercício Social e Contas

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Artigo 40 – A abertura e o encerramento de contas bancárias serão sempre realizados em conjunto por dois membros do Conselho de Administração de acordo com as Políticas de Governança.

Parágrafo único: Para fins de movimentação das contas bancárias e aplicações financeiras deverão ser obedecidas as alçadas previstas nas Políticas de Governança.

Artigo 41 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício serão levantadas as demonstrações financeiras e preparado o relatório referente ao período, relacionando as receitas e despesas verificadas durante o exercício em questão, para manifestação do Conselho Fiscal e posterior remessa para apreciação do Conselho de Administração e aprovação da Assembleia Geral.

Artigo 42 – A prestação de contas do Instituto observará, no mínimo:

I - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras do Instituto, incluindo certidões negativas de débito junto ao INSS e FGTS, colocando-os a disposição para exame de qualquer cidadão;

III - A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação de eventuais recursos obtidos com amparo em Termo de Parceria firmado com a Administração Pública direta e indireta, conforme previsto nas normas aplicáveis;

IV - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determinado no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500320039003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Artigo 43 – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes de pleno direito com relação ao Instituto, os atos de qualquer administrador, procurador ou funcionário do Instituto que o envolverem em obrigações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

CAPÍTULO XI
Das Disposições Finais

Artigo 44 – Aplicam-se aos casos omissos ou duvidosos as disposições legais vigentes e, na falta destas, caberá ao Conselho de Administração dirimir dúvidas e deliberar a respeito, exceto nos casos em que for de competência exclusiva da assembleia geral deliberar a respeito.

Artigo 45 – O presente Estatuto entrará em vigor a partir da data de seu registro perante o órgão competente.

Vitória/ES, 21 de março de 2024.

CARTORIO 3º OFÍCIO

Fabiano Pimentel Pereira
Presidente do Conselho de Administração
Instituto Unimed Vitória

CARTORIO 3º OFÍCIO

Dejair Xavier Cordeiro
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Instituto Unimed Vitória

CARTORIO 3º OFÍCIO

Luiza Lopes Farina
CPF: 133.633.187-90
OAB/ES 27.269

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO TABELIONATO DE NOTAS DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL
Rua Dr. Eurico de Aguiar, 130-D - Ed. Blue Chip Business Center - Conj. 07-13 - Praia do Canto
CEP: 29.055-280 - Vitória - ES - Tels.: 27 3345-1048 / 3222-6971

Reconheço por semelhança a firma de FABIANO PIMENTEL PEREIRA, DEJAIR XAVIER CORDEIRO, LUIZA LOPES FARINA.
Em testemunho da verdade. Vitória-ES, 08/10/2024, 10:32:39
Leticia Pinto Alves França - Escrevente
Selo Digital: 023200.LLR2403.05235
Emolumentos: R$ 18,01 Encargos: R$ 5,47 Total: R$ 23,48
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Cartório do 3º Ofício de Notas
Leticia Pinto Alves França
ESCREVENTE
Vitória-ES

Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Vitória -es

Oficial Titular: Rodrigo Sarlo Antonio

Avenida Nossa Senhora da Penha, 555 - Santa Lucia

Tel.: (27) 2124-9524 - Email: pj@cartoriosarlo.com.br - Site: https://www.cartoriosarlo.com.br/

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

REGISTRO Nº 52430

CERTIFICO e dou fé que a presente certidão contendo 4 páginas, possui o mesmo valor probante que o documento original e comprova a existência legal da pessoa jurídica registrada nesta serventia sob o nº 52430 no Livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas deste, conforme disposto nos artigos 45 e 217 do Código Civil e no art. 161 da Lei nº 6.015/1973.

VITORIA - ES, 29 de junho de 2026

Assinado eletronicamente

CLAUDIA REGINA PANDOLFI
Escrevente

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R$ 56,91	R$ 5,67	R$ 2,83	R$ 0,00	R$ 2,83
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 2,83	R$ 2,83	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 73,90

Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
rtdbrasil.org.br/certidaoregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

52430

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
selo.tjes.jus.br

Selo Digital
024661.MYU2603.13280

CERTIDÃO

O BACHAREL RODRIGO SARLO ANTONIO - OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DA CIDADE DE VITÓRIA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TABELIÃO DE NOTAS, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC., ETC...

CERTIFICO

e dou fé, por haver sido requerido pela parte interessada que, nesta data em meu Cartório, registrei:

DENOMINAÇÃO:	INSTITUTO UNIMED VITORIA
NATUREZA JURÍDICA:	ASSOCIAÇÃO
DURAÇÃO:	INDETERMINADA
INSTRUMENTO:	PARTICULAR
REPRESENTANTE:	DIRETOR EXECUTIVO
FINS:	Promoção da saúde, por meio de ações voltadas para: I - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; II - Promoção do desporto educacional, de participação, de formação;III - Promoção gratuita de educação; IV - Promoção gratuita da saúde; V - Desenvolvimento Comunitário contribuindo para o crescimento de comunidades integradas, capazes de promover seus ativos e sua sustentabilidade; VI - Promoção da assistencia social; VII - Promoção da segurança alimentar e nutricional; VII - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; IX - Promoção do voluntariado; X - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate a pobreza; XI - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;XII - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produçãoe divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionada ;XIII - Assistencia a crianças adolescentes, visando ao aprimoramento de suas trajetórias de vida e inclusão social.
ENDEREÇO:	AVENIDA CEZAR HILAL, 700 LOJA 06 TERREO, BENTO FERREIRA, VITÓRIA - ES, CEP: 29050-662
FORO:	VITÓRIA
DESTINO PATRIMONIAL:	No caso de dissolução, o patrimônio líquido, os legados e doaçções que lhe forem destinados, bemcomo excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão transferidos para outra pessoa jurídica qualificada nos termos lei 9790, que tenha, preferencialmente, o mesmo objetivo social do Institut
OBRIGAÇÃO SOCIAL:	Os sócios não respondem pelas obrigações sociais
DIRETORIA:	.....
ESTATUTO REFORMÁVEL:	SIM
COMPETÊNCIA:	ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
DATA FUNDAÇÃO:	04/09/2012
DATA APROVAÇÃO:	04/09/2012
DATA DA ELEIÇÃO:	04/09/2012
DATA DA POSSE:	04/09/2012
TEMPO MANDATO:	04 anos
DATA REGISTRO:	16/10/2012 SELO DIGITAL: 024661.DAX1217.06551
ORGÃOS:	São órgãos de Administração do Instituto: I) ASSEMBLEIA GERAL órgão soberano, é constituída pelos associados que estejam no gozo de seus direitos estatutários, reunindo-se ordinariamente até o final do mês de março de cada ano, e, extraordináriamente, sempre que o interesse social assim o exigir; II) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO órgão dirigente ao qual incumbe a definição das políticas de governança da entidade e do seu direcionamento político-estratégico, visando ao pleno alcance da causa expressa no seu objeto social as quais balizarão sua gestão administrativa, a cargo do Diretor Executivo e da equipe de profissionais contratados. Contará com três a cinco membros, sendo um

Presidente, um Vice-Presidente e os demais sem designação específica, eleitos em Assembleia Geral, para cumprir mandato de 04 anos, permitida a reeleição; III) CONSELHO FISCAL constituídos pelos membros eleitos anualmanete para o Conselho Fiscal da Associada Mantenedora, de acordo com o Estatuto Social da referida cooperativa;IV) DIRETORIA EXECUTIVA compõe-se de até 5 (cinco) membros, indicados pela Diretoria da Associada Mantenedora e aprovados pela Assembleia Geral, ocupando os cargos de Diretor Executivo, Diretor Institucional, Diretor Tesoureiro, Diretor de Governança e Conformidade e Drietor de Captação de Recursos e Parcerias, com mandato de 04 anos;V) CONSELHO CONSULTIVO composto, por até 15 (quinze) membros, dos quais se nomearão um coordenador e um secretário, nomeados pela Assembleia cumprir mandato de 04 anos, permitida a recondução.

OBSERVAÇÕES: Lista de Presenças da Assembleia Geral Ordinaria e Extraordinaria, realizada em 24 de março de 2025.

MEMBROS

FABIANO PIMENTEL PEREIRA - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - PRESIDENTE	01712131737
DEJAIR XAVIER CORDEIRO - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - VICE PRESIDENTE	00798810769
ALEXANDRE CANTARELLA TIRONI - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	02459782756
NORMA SUELY SOARES LOUZADA - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	65382935734
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
CARLOS ANDRE SANTOS DE OLIVEIRA - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	75101483753
EUNICEIA LOURENÇO COSTA - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	55813887768
GILMARIA MILLERE TAVARES - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	01984295764
GLEDSON LORIATO - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	00534936725
JEFERSON DUARTE FERNANDES - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	07646438782
JOCIMAR BARBOSA FURIE - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	07959423709
LUIZ WAGNER CHIEPPE - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	24415553753
ALEXANDRE NOGUEIRA CARVALHO - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	15187111892
MICHEY ALEXANDRE PIANTAVINHA - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	02456895754
MARIA CHRISTINE VITAL DE MENDONÇA - ATÉ 16/04/2027	CONSELHO CONSULTIVO	10606369724
	CONSELHO CONSULTIVO	
	CONSELHO CONSULTIVO	
	CONSELHO CONSULTIVO	
	CONSELHO CONSULTIVO	
ROBERTO LUCIANO DUARTE FILHO ATÉ 16/04/2027	DIRETOR EXECUTIVO	94721866704
MILENE AMORIM RONCATO MELLO - ATÉ 16/04/2027	DIRETOR INSTITUCIONAL	90392337720
PAULO HENRIQUE MARTINS BRAVIM - ATÉ 16/04/2027	DIRETOR TESOUREIRO	02025016719
CLAUDNEY GONÇALVES GUIMARAES - ATÉ 26/02/2027	DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS	
RODOLPHO MARTINS MOYSÉS - ATÉ 16/04/2027	DIRETOR DE GOVERNANÇA E CONFORMIDADE	05861328722
ANA PAULA MARTINS PIUMBINI - ATÉ 26/03/2024	CONSELHO FISCAL - TITULAR	01699147710
CAROLINA FIGUEIRA FALCOCHIO - ATÉ 26/03/2024	CONSELHO FISCAL - TITULAR	09422264707
OCTAVIO MENEGHELLI GALVÃO GONÇALVES - ATÉ 26/03/2024	CONSELHO FISCAL - TITULAR	05627455721
BRUNO BARACHO RODRIGUES - ATÉ 26/03/2024	CONSELHO FISCAL -	07850401700

	SUPLENTE	
KARLA PEISINO DO AMARAL - ATÉ 26/03/2024	CONSELHO FISCAL - SUPLENTE	04360734719
NALLIA QUIRINA TRINDADE DE COIMBRA - ATÉ 26/02/2024	CONSELHO FISCAL - SUPLENTE	05868273664

AVERBAÇÕES

AVERBAÇÃO Nº 001	17/09/2014	DATA DO INSTRUMENTO: 10/10/2013	SELO DIGITAL: 024661.VVO1412.38005
AVERBAÇÃO Nº 002	23/10/2014	DATA DO INSTRUMENTO: 14/04/2014	SELO DIGITAL: 024661.IAE1415.25618
AVERBAÇÃO Nº 003	01/07/2015	DATA DO INSTRUMENTO: 23/04/2015	SELO DIGITAL: 024661.JNT1507.11161
AVERBAÇÃO Nº 004	13/09/2016	DATA DO INSTRUMENTO: 18/04/2016	SELO DIGITAL: 024661.YRI1611.34344
AVERBAÇÃO Nº 005	12/07/2017	DATA DO INSTRUMENTO: 18/04/2017	SELO DIGITAL: 024661.JGK1707.00230
AVERBAÇÃO Nº 006	19/10/2017	DATA DO INSTRUMENTO: 26/05/2017	SELO DIGITAL: 024661.JKZ1712.00806
AVERBAÇÃO Nº 007	09/10/2018	DATA DO INSTRUMENTO: 25/04/2018	SELO DIGITAL: 024661.MFO1810.32917
AVERBAÇÃO Nº 008	01/02/2019	DATA DO INSTRUMENTO: 10/12/2018	SELO DIGITAL: 024661.BSC1901.01845
AVERBAÇÃO Nº 009	12/09/2019	DATA DO INSTRUMENTO: 17/04/2019	SELO DIGITAL: 024661.TMZ1909.27370
AVERBAÇÃO Nº 010	04/03/2020	DATA DO INSTRUMENTO: 06/11/2019	SELO DIGITAL: 024661.KMT1916.20814
AVERBAÇÃO Nº 011	14/09/2020	DATA DO INSTRUMENTO: 16/12/2019	SELO DIGITAL: 024661.AYS2003.12454
AVERBAÇÃO Nº 012	03/06/2021	DATA DO INSTRUMENTO: 19/10/2020	SELO DIGITAL: 024661.JLQ2102.06354
AVERBAÇÃO Nº 013	03/06/2021	DATA DO INSTRUMENTO: 07/12/2020	SELO DIGITAL: 024661.JLQ2102.06396
AVERBAÇÃO Nº 014	08/02/2022	DATA DO INSTRUMENTO: 19/04/2021	SELO DIGITAL: 024661.EUS2106.12970
AVERBAÇÃO Nº 015	12/09/2022	DATA DO INSTRUMENTO: 25/08/2021	SELO DIGITAL: 024661.GMW2203.24342
AVERBAÇÃO Nº 016	06/03/2023	DATA DO INSTRUMENTO: 20/04/2022	SELO DIGITAL: 024661.RCH2205.18790
AVERBAÇÃO Nº 017	06/03/2023	DATA DO INSTRUMENTO: 12/12/2022	SELO DIGITAL: 024661.RCH2205.19436
AVERBAÇÃO Nº 018	10/07/2023	DATA DO INSTRUMENTO: 14/04/2023	SELO DIGITAL: 024661.FVF2301.43331
AVERBAÇÃO Nº 019	11/11/2024	DATA DO INSTRUMENTO: 06/03/2024	SELO DIGITAL: 024661.MVQ2406.21460
AVERBAÇÃO Nº 020	11/11/2024	DATA DO INSTRUMENTO: 21/03/2024	SELO DIGITAL: 024661.MVQ2406.21461
AVERBAÇÃO Nº 021	11/11/2024	DATA DO INSTRUMENTO: 21/03/2024	SELO DIGITAL: 024661.MVQ2406.21965
AVERBAÇÃO Nº 022	05/03/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 27/10/2024	SELO DIGITAL: 024661.UOH2601.03699
AVERBAÇÃO Nº 023	05/03/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 14/11/2024	SELO DIGITAL: 024661.UOH2601.03703
AVERBAÇÃO Nº 024	05/03/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 14/11/2024	SELO DIGITAL: 024661.UOH2601.03704
AVERBAÇÃO Nº 025	06/05/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 27/11/2024	SELO DIGITAL: 024661.TDV2602.13847
AVERBAÇÃO Nº 026	06/05/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 01/12/2024	SELO DIGITAL: 024661.TDV2602.13862
AVERBAÇÃO Nº 027	06/05/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 12/12/2024	SELO DIGITAL: 024661.TDV2602.13920
AVERBAÇÃO Nº 028	06/05/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 12/12/2024	SELO DIGITAL: 024661.TDV2602.13967
AVERBAÇÃO Nº 029	06/05/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 10/02/2025	SELO DIGITAL: 024661.TDV2602.14051
AVERBAÇÃO Nº 030	06/05/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 10/03/2025	SELO DIGITAL: 024661.TDV2602.14053
AVERBAÇÃO Nº 031	06/05/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 24/03/2025	SELO DIGITAL: 024661.TDV2602.14068
AVERBAÇÃO Nº 032	06/05/2026	DATA DO INSTRUMENTO: 24/03/2025	SELO DIGITAL: 024661.TDV2602.14072

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ

Extraída a presente certidão, nesta Cidade de Vitória-ES, em 29/06/2026

Eu, _____, (Claudia Regina Pandolfi),

Escrevente Autorizada do Cartório do Registro Civil a fiz digitar, subscrevo, dou fé e assino.

Claudia Regina Pandolfi

Escrevente Autorizada

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
024661.MYU2603.19280

Emolumentos: R$ 56,91 Encargos: R$ 16,99 Total: R$ 73,9

Consulta a autenticidade em www.tjes.jus.br

Claudia Regina Pandolfi

CLAUDIA REGINA PANDOLFI:01736171747

Assinado de forma digital por CLAUDIA REGINA PANDOLFI:01736171747
Dados: 2026.06.29 09:03:06 -03'00'

LEI N° 10.310, DE 20 DE JANEIRO DE 2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O "INSTITUTO UNIMED VITORIA - IUV".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA, CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,** faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o "INSTITUTO UNIMED VITORIA- IUV", entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade social, inscrita no CNPJ sob o n° 17.296.111/0001-90.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 20 de janeiro de 2026

LORENZO PAZOLINI
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Vitória.

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3200370034003500330031003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Resolução

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
AVISO DE PENALIDADE Nº 004/2026

O Município de Vitória, considerando o que restou comprovado no Processo Administrativo nº 6963821/2025, TORNA PÚBLICA a aplicação da sanção de MULTA no montante de R$ 2.312,00 (dois mil trezentos e doze reais) à empresa BRAVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº: 41.851.336/0001-45. Todos os recursos cabíveis na instância administrativa foram esgotados. Os autos encontram-se com vistas franqueadas aos interessados na Controladoria Geral do Município. Contato pelo e-mail cgm.gitpc@vitoria.es.gov.br.

Vitória, 21 de janeiro de 2026
Caroline Marie Barbosa Pereira
Coordenadora de Integridade

Leis

LEI Nº 10.310

Declara de Utilidade Pública o "INSTITUTO UNIMED VITORIA - IUV".

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública o "INSTITUTO UNIMED VITORIA - IUV", entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade social, inscrita no CNPJ sob o nº 17.296.111/0001-90.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio Jerônimo Monteiro, em 20 de janeiro de 2026
Lorenzo Pazolini
Prefeito Municipal



Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade com o identificador 320037003400390036003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Processo: 15175/2026 - PL 430/2026

Fase Atual: Protocolar

Ação Realizada: Protocolado

Próxima Fase: Verificar a Existência de Proposições/Normas de mesma Natureza

A(o) Diretoria de Documentação e Informação,

Proposição protocolizada automaticamente pelo Software para Virtualização do Poder Legislativo - ALES DIGITAL.

Vitória, 1 de julho de 2026.

Protocolo Automático

-

Tramitado por, HUDSON LEAL - Matrícula

Processo: 15175/2026 - PL 430/2026

Fase Atual: Verificar a Existência de Proposições/Normas de mesma Natureza

Ação Realizada: Não Existem Proposições/Normas Similares à Proposição Apresentada

Próxima Fase: Aguardar Análise da Presidência na SGM (Ales Digital)

A(o) Secretaria Geral da Mesa,

Não existem Proposições ou Normas similares à Proposição apresentada.

Vitória, 1 de julho de 2026.

ADRIANA DOS SANTOS FERREIRA FRANCO RIBEIRO
Analista Legislativo - 35889

Tramitado por, ADRIANA DOS SANTOS FERREIRA FRANCO RIBEIRO - Matrícula 35889

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3300390036003700390039003700 3A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 15175/2026 - PL 430/2026

Fase Atual: Aguardar Análise da Presidência na SGM (Ales Digital)

Ação Realizada: Tramitação Regular

Próxima Fase: Leitura da Proposição Principal

A(o) Plenário,

Para inclusão da presente Proposição no Expediente da próxima Sessão Plenária.

Vitória, 6 de julho de 2026.

THOMAS BERGER ROEPKE
Assessor Sênior da Secretaria - 206885

Tramitado por, THOMAS BERGER ROEPKE - Matrícula 206885

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003600370039003900390003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 15175/2026 - PL 430/2026

Fase Atual: Leitura da Proposição Principal

Ação Realizada: Prosseguir

Próxima Fase: Registro da Proposição Principal

A(o) Supervisão de Registro e Tramitação Legislativa - DIPROL,

À Comissão de Justiça na forma do artigo 276 do Regimento Interno.

Vitória, 6 de julho de 2026.

ALANE SILVA DE OLIVEIRA
Assessor Sênior da Secretaria - 211060

Tramitado por, ALANE SILVA DE OLIVEIRA - Matrícula 211060

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3300390036003900370034003800 3A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 15175/2026 - PL 430/2026

Fase Atual: Registro da Proposição Principal

Ação Realizada: Análise

Próxima Fase: Elaboração de Estudo de Técnica

A(o) Diretoria da Redação,

ÀDR para elaboração de estudo de técnica.

Vitória, 6 de julho de 2026.

ANTONIO DANIEL AGRIZZI
Analista Legislativo - 201574

Tramitado por, ANTONIO DANIEL AGRIZZI - Matrícula 201574

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003600390037003900340003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 15175/2026 - PL 430/2026

Fase Atual: Elaboração de Estudo de Técnica

Ação Realizada: Análise

Próxima Fase: Elaboração de Parecer Técnico na Procuradoria Geral

A(o) Procuradoria Geral,

Encaminhamos os autos com o Estudo de Técnica Legislativa para análise. Na oportunidade, sugerimos que seja analisada por essa Douta Procuradoria a pertinência da inclusão da cláusula de vigência, conforme disposto no art. 8º da Lei Complementar 95/98.

Vitória, 6 de julho de 2026.

TATIANA SOARES DE ALMEIDA
Diretor(a) de Redação (Ales Digital) - 201354

Tramitado por, LUCIANA MARIA FERREIRA OLIVEIRA DE SOUZA - Matrícula 201120

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3300390036003900380036003100 3A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ESTUDO DE TÉCNICA LEGISLATIVA

Visando adequar o Projeto de Lei nº 430/2026 à técnica legislativa, às normas gramaticais, ao Manual de Normas de Redação Legislativa da Ales, publicado no DPL de 27.11.2015, e ao disposto na Lei Complementar Federal nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar Federal nº 107/2001, esta DR sugere as modificações abaixo, em destaque ao texto da matéria, que deverão ser acolhidas por ocasião da extração de autógrafos.

"PROJETO DE LEI Nº 430/2026

Acrescenta item ao Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, declarando de utilidade pública o Instituto UNIMED Vitória – IUV, localizado no município de Vitória.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 10.976, de 14 de janeiro de 2019, que consolidou a legislação em vigor referente à declaração de utilidade pública no âmbito do Estado, passa a vigorar acrescido de item, com a seguinte redação:

"Anexo Único, a que se refere o art. 1º desta Lei

Declara de utilidade pública o Instituto UNIMED Vitória – IUV, localizado no município de Vitória." (NR)

Sala das Sessões, 1º de julho de 2026.

HUDSON LEAL
DEPUTADO ESTADUAL – AGIR36

Em 6 de julho de 2026.

Tatiana Soares de Almeida
Diretora de Redação – DR

Luciana/Cristiane
ETL nº 498/2026

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 3400390031003900340035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 15175/2026 - PL 430/2026

Fase Atual: Elaboração de Parecer Técnico na Procuradoria Geral

Ação Realizada: Preparar Parecer

Próxima Fase: Encaminhamento para parecer técnico na Diretoria da Procuradoria

A(o) PROCURADORA - EDINA RANGEL LOURENÇO,

De ordem do Exmo. Procurador-Geral,

Encaminho para elaboração de parecer técnico nos termos do artigo 16 do Ato nº 964/2018.

Após cumprimento do disposto no artigo 6º, inciso I e II do Ato nº 964/2018, encaminhem-se os autos a Sra. Subcoordenadora da Setorial Legislativa, para opinar, na forma do artigo 10, inciso I, do referido Ato.

Em seguida, ao Subprocurador-Geral Legislativo para parecer final e conclusivo, nos termos do artigo 9º, A, inciso VII, da Lei Complementar 287/2004.

(Portaria PGALES Nº 03/2018, publicada no DPL de 17 de agosto de 2018)

Vitória, 8 de julho de 2026.

CRISTINA PASSOS DALEPRANE
Analista Legislativo - 207866

Tramitado por, CRISTINA PASSOS DALEPRANE - Matrícula 207866

Autenticar documento em https://www3.al.es.gov.br/autenticidade
com o identificador 330039003600390039003500330033003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.